

PROJETO BATUQUE – OS DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

HONORIS CAUSA EDGAR MORIN PELA UNIVERSIDADE DE BARCELONA

Elizabeth Aires Leite 1
Tereza Ramos de Carvalho 2

1
Graduada em História e Pós-Graduada em História Social pela
Universidade Federal do Tocantins - UFT, professora da Educação Básica no
Colégio Estadual de Cristalândia. Autora e coordenadora do Projeto Batuque.

2
Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Tocantins –
Unitins - Doutora em Letras - Literatura pela Universidade de Brasília – UnB,
Professora adjunta do Curso de Letras, no Instituto de Ciências Humanas e
Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Câmpus Universitário do
Araguaia – ICHS/UFMT/CUA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1092245747241387>.
E-mail: teramos10@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo apresenta uma leitura, em fora de relato de experiência, sobre o projeto História e Cultura Afrobrasileira e Africana desenvolvido em atividades de extensão intitulado “Projeto Batuque”, criado e em funcionamento desde o ano de 2004 e tem como público-alvo estudantes da 2ª Série do Ensino Médio da Educação Básica, do Colégio Estadual de Cristalândia - TO. O projeto tem como objetivos principais discutir a interculturalidade no Brasil, por meio das disciplinas de História e Arte, bem como combater o racismo estrutural e promover o respeito às diferenças no ambiente escolar de acordo com o que determina a Lei 10639/03. Para tanto, o projeto passa por várias etapas durante o ano letivo, a começar pela mobilização a partir da contextualização dos períodos escravista e pós-abolição no Brasil, seguido do estudo sobre a realidade educacional brasileira para os negros. Para o embasamento teórico, utilizamos Eliane Cavalleiro (2003), Maria Aparecida Silva Bento (2002), Rosa Margarida, 2004, Maria Lúcia de Arruda Aranha (1996), Paulo Freire (1996), Sara Taleb Rassi, Suely Ferreira Lopes Molina e Lúcia de Fátima Lobo Cortez Amado (2004), Nei Lopes (2007), além de leituras complementares, periódicos e artigos científicos.

Palavras chaves: Educação Básica. Racismo Estrutural. Cultura Afrobrasileira. Interculturalidade.

ABSTRACT: This article presents a reading out of experience report, about the African and African History and Culture project developed in extension activities entitled “Projeto Batuque”, created and in operation since 2004 and has as target audience students from the 2nd Grade of High School of Basic Education, from the State College of Cristalândia - TO. The project's main objectives are to discuss interculturality in Brazil, through the disciplines of History and Art, as well as to combat structural racism and promote respect for differences in the school environment in accordance with Law 10639/03. To this end, the project goes through several stages during the school year, starting with the mobilization from the context of the slave and post-abolition periods in Brazil, followed by the study on the Brazilian educational reality for blacks. For the theoretical basis, we used Eliane Cavalleiro (2003), Maria Aparecida Silva Bento (2002), Rosa Margarida, 2004, Maria Lúcia de Arruda Aranha (1996), Paulo Freire (1996), Sara Taleb Rassi, Suely Ferreira Lopes Molina and Lúcia de Fátima Lobo Cortez Amado (2004), Nei Lopes (2007), in addition to complementary readings, periodicals and scientific articles.

Keywords: Basic Education. Structural Racism. Afro-Brazilian Culture. Interculturality.

Introdução

A população negra no Brasil atinge um patamar de mais de 50% (cinquenta por cento) da totalidade dos habitantes. Majoritariamente são pobres e frequentam escolas públicas. E, no que tange a realidade educacional, estudos revelam as desigualdades. Conforme Bento (2002, p. 58): “Negros obtêm níveis de escolaridade inferiores aos dos brancos da mesma origem social; a taxa de analfabetismo no grupo de negros é duas vezes maior que a do grupo de brancos.”

Esse alto índice de analfabetismo se deve ao fato da persistência do racismo na sociedade. Isso dificulta o estar e o progredir educacional dos negros. Conforme Eliane Cavalleiro (2003, p. 34): [...] “o racismo é problema que está presente no ambiente escolar, que fere e marca profundamente, crianças e adolescentes negros.”

Na escola, o racismo se impõe de várias maneiras o que leva crianças e adolescentes a negarem a sua negritude e buscarem viver uma identidade branca. Conforme Maranhão e Júnior (2012 apud SILVEIRO, MATTIOLI & MADEIRA, 2013, p. 54), “as crianças negras, para obter sucesso na escola (e fora dela), precisam “branquear-se” (CAVALLEIRO (2000 apud SILVEIRO, MATTIOLI & MADEIRA, 2012). E ainda:

O branqueamento na escola acaba se fazendo existir pela falta de tempo/ espaço dado à criança negra para suas manifestações culturais, nas atitudes dos professores, na falta de representatividade de professores(as) negros(as), nos cartazes e nos materiais didáticos. (SILVERIO, MATTIOLI & MADEIRA 2012, p. 54).

Até o ano de 2004, o Colégio Estadual de Cristalândia no estado de Tocantins, embora tendo uma história de quase meio século de educação, com corpo discente sempre de maioria negra e com a Lei 10.639/03 já promulgada, ainda não possuía um projeto pedagógico que atentasse para a visibilidade dessa problemática. Somente a partir desta data, 2004, após pesquisa sobre o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas públicas estaduais de Cristalândia realizada no curso de Pós-Graduação em História Social, na Universidade Federal do Tocantins (UFT), percebemos a necessidade de elaborar e executar um projeto que atendesse as determinações da Lei 10.639/03. Assim, entendendo que privilegiar o conhecimento histórico seria o meio mais eficaz para combater o racismo presente, sobretudo no ambiente escolar, possibilitando a igualdade racial tão almejada, elaboramos o “Projeto Batuque”, que é executado há 16 anos.

O “Projeto Batuque” atende as determinações da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em escolas públicas e particulares de todo país, bem como as diretrizes curriculares que lhe dão suporte. Assim, tem como objetivo primordial que os estudantes conheçam a história do negro no Brasil desde o período colonial até a atualidade (século XXI).

A pesquisa e o estudo sobre a história do povo negro, a realização de seminário, o simulado, as rodas de conversas, as oficinas, a análise de filmes e de documentários, as palestras com especialistas na temática, a pesquisa sobre o pertencimento racial na unidade escolar, o concurso de beleza negra, o baile de máscaras africanas e a comemoração do Dia da Consciência Negra são ações desenvolvidas pelo Projeto Batuque, visando atingir os objetivos elencados, dentre eles, combater o racismo a partir do chão da escola.

Importa aqui, apresentar um breve estudo sobre a história da educação e da escravidão e da vida da população negra no pós-abolição, antes de evidenciarmos a metodologia e trajetória do Projeto Batuque.

Educação, escravidão e o pós-abolição: trajetória da população negra brasileira.

A educação formal no Brasil, marcada pela elitização, teve início com a vinda dos padres jesuítas ainda no século XVI, quando aqui chegaram com o primeiro governador geral. Conforme evidencia Maria Lúcia de Arruda Aranha:

Quando [...], Tomé de Sousa, chega ao Brasil em 1549, vem acompanhado por diversos jesuítas [...]. Apenas 15 dias depois, os missionários já faziam funcionar, na recém-fundada cidade de Salvador, uma escola “de ler e escrever”. É o início das escolas elementares, secundárias, [...] eles promoveram uma ação maciça na catequese dos índios, educação dos filhos dos colonos, formação de novos sacerdotes e da elite intelectual, [...].(ARANHA, 1996, p. 99)

Neste mesmo século XVI, a escravidão indígena deu lugar a escravidão negro africana. Para o Brasil, foram trazidos, ao longo de quatro séculos, milhares de africanos. “O número de escravos introduzidos aqui foi elevado por volta de 4 milhões” (MOLINA, 2004, p. 49), para realizarem os mais variados trabalhos. “Como os tempos exigiam cada vez mais mão de obra, [...] portugueses no Brasil, recorreram ao braço africano [...]”. (LOPES, 2007, p. 105). Iniciando então o lucrativo tráfico transatlântico.

Embarcados e confinados em porões de navios chamados negreiros ou tumbeiros, africanos das mais variadas etnias, sobretudo os de dois grandes grupos étnicos bantos e sudaneses, eram trazidos da África para o Brasil via Oceano Atlântico. Viajavam por cerca de dois meses. Os sobreviventes da jornada aterrorizante, desembarcados, considerados “peças” eram vendidos a preços altíssimos nos mercados¹ em cidade como Rio de Janeiro, Salvador, Recife.

Escravos, homens e mulheres, em sua grande maioria eram levados pelos seus senhores para as grandes fazendas. Ali, o trabalho era intenso, desde a casa grande até as lavouras e os engenhos. Como menciona Suely Ferreira Lopes Molina (2004, p. 49), “o negro esteve presente, como mão de obra imprescindível, em todos os ciclos econômicos do Brasil”. Outros ficavam nas cidades, eram os escravos domésticos urbanos como os de ganho, os tigres e muitos outros. Porém, embora vivessem de forma diferente dos escravos agricultores, a escravidão não os aliviava em nada. Eram destituídos de humanidade e utilizados pelos seus senhores até a exaustão.

Durante quatro longos séculos, os escravos foram vítimas dos capítulos mais tristes e aterrorizantes da história do Brasil. Passaram por sofrimentos, humilhações e castigos às vezes, insuportáveis. Mas, muitos também conseguiram resistir a toda essa gama de infortúnios, comportando-se das mais variadas formas, como: sabotagens, suicídios, infanticídios, assassinato de seus senhores, promoção do sincretismo religioso, fugas e formação de quilombos. Sendo que estas últimas formas de resistência citadas, figuram como a mais destacada delas. Conforme afirma Maria Aparecida Silva Bento:

No entanto, frente à violência dos escravizadores, os negros resistiram das mais variadas formas. Trabalho e luta marcaram o cotidiano do trabalhador escravizado. As marcas dessa luta estão registradas de diversas formas. Da resistência individual às insurreições urbanas até o quilombismo, tudo foi tentado. (BENTO, 2002, p. 72).

A escravidão nunca foi aceita pelos escravizados. E, diante da legalidade do fato, teve início no Brasil na segunda metade do século XIX, o chamado movimento abolicionista, que embora marcado por grandes controvérsias e contando com a participação de pessoas dos mais variados segmentos sociais, conseguiu a libertação de muitos cativos, utilizando variadas formas, entre elas, a compra de alforrias. Pela via jurídica, as conquistas se deram pela aprovação de leis que, lenta e gradualmente culminaram na abolição da escravidão: Lei Eusébio de Queiroz - 1850, Lei do Ventre Livre - 1871, Lei do Sexagenário - 1885 e, por fim, a polêmica Lei Áurea - 1888. Aqui cabe destacar algumas ilustres figuras que muito contribuíram para o movimento como: Antônio Bento, Luiz Gama, José do Patrocínio, André Rebouças, Joaquim

¹ Foi construído no Rio de Janeiro no século XIX o Cais do Valongo, (1811) local de embarque e desembarque e comércio de escravizados africanos até 1831 quando ocorreu a proibição do tráfico transatlântico. O local foi porta de entrada de 500 mil a um milhão de escravizados de 1811 a 1831 e foi alçado a patrimônio da humanidade pela UNESCO em 2017. (O Crime do Cais do Valongo, de Eliana Alves Cruz, Editora Malê, 2018).

Nabuco, Maria Firmina dos Reis.

Durante o longo período escravista, a educação continuou voltada para atender os interesses das elites brasileiras. O negro, por sua condição de cativo, não tinha direito de ser assistido pelo sistema. Somente os mestiços, desde o século XVII, com bastante restrições começam a “reivindicar espaços na educação” (Aranha, 1996), o que acabou culminando, em 1689, na chamada “questão dos moços pardos”.

A primeira lei de educação no Brasil é de 1837 e não previa a inserção de negros. Mesmo após a abolição, a situação não mudou. Segundo Eliane Cavaleiro, “constata-se que a lei abolicionista não possibilitou a cidadania para a massa de ex-escravos e seus descendentes. A partir da promulgação da Lei Áurea, os ex-escravos e seus descendentes foram segregados social e economicamente.” (CAVALLEIRO, 2003, p. 28).

A realidade dos negros libertos e de seus descendentes seria, então, marcada por um forte racismo, que lhes negaria direitos, inclusive o de acesso e permanência na educação. Aos poucos e com grandes dificuldades, alguns conseguiram ingressar no deficiente sistema público de educação nos graus elementar e secundário, porém, as desigualdades de direitos em relação aos brancos sempre foram marcantes. Consequentemente, o atraso no rendimento escolar e abandono dos estudos passaram a ser frequentes na vida dos estudantes negros.

No caminhar da história, o Brasil vivenciou períodos marcantes como a implantação da República, dividida em duas fases, Primeira República – 1889 a 1930 e Segunda República – 1930 até os dias atuais do século vigente. As Constituições brasileiras foram sendo reformuladas até a última, em 1988, a chamada Constituição Cidadã. Nesta, o racismo foi tipificado como crime e estabeleceu-se a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. E, ainda, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino fundamental e médio. Na prática, a desigualdade entre brancos e negros se manteve, principalmente, no tocante à educação.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB - foi aprovada e confirmou o que a Constituição Federal já havia estabelecido para a educação brasileira a partir de então. Assim, as leis e as normativas educacionais consolidadas enfatizavam a necessidade de uma educação abrangente e eficiente para o conjunto da população. Porém, na prática, percebe-se que o ensino público, continua deficitário e excludente, especialmente para com o segmento negro. O que resulta em baixo rendimento escolar seguido de evasão.

Contra o racismo estrutural do negro, eles passaram a se organizar e lutar desde 1903 pelo reconhecimento da cidadania e, consequentemente, de direitos, utilizando inicialmente os jornais escritos por negros e chegaram até a organização política com a criação da Frente Negra Brasileira, que como bem afirma Maria Aparecida Silva Bento:

As discussões nesses jornais, a colocação permanente dos problemas da comunidade negra, as denúncias contra o racismo e a violência policial contra os negros levaram à criação do maior movimento político negro do Brasil: a Frente Negra Brasileira. (BENTO, 2002, p.74)

Após a criação da Frente Negra Brasileira em 1931, outras organizações negras surgiram como: o Centro de Cultura Afro-brasileira, em 1936 pela iniciativa do poeta Solano Trindade em Pernambuco; o Teatro Experimental do Negro – TEN, em 1944, pelo então professor Abdias do Nascimento no Rio de Janeiro; a Associação Cultural do Negro por José Correa Leite, em 1954 em São Paulo e em pleno regime cívico-militar, em São Paulo no ano 1978, a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, hoje denominado somente como Movimento Negro Unificado. A esse respeito, Nei Lopes diz:

Na década de 1970, então, emergiu um vigoroso movimento político e cultural afro-brasileiro. Foi ele o responsável pela instituição do Dia Nacional da Consciência Negra a 20 de novembro, aniversário da morte do herói Zumbi dos Palmares; pela criação, em vários estados da Federação, de órgãos governamentais voltados para a defesa e promoção das populações negras; pela criminalização do racismo no texto

da Constituição em vigor; pelo cadastramento e titulação das terras dos remanescentes de antigos quilombos; pela criação da SEPPIR, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; pela discussão do conjunto de medidas que compõem o Estatuto da Igualdade Racial. (LOPES, 2007, p. 155).

Ações do Movimento Negro Unificado foram, desde então, muito importantes na conquista de direitos para a população negra. A essas já mencionadas por Nei Lopes, cabe acrescentar a instituição das cotas raciais nas universidades e a aprovação da Lei 10.639/03. A referida lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB - brasileira e determinou a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana nas escolas públicas e particulares de todo país e ainda determinou a inclusão, no calendário escolar, do dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra.

Como podemos observar, por pressão do movimento negro, as leis mudaram, mas na prática, a população negra continuou a enfrentar muitas dificuldades, principalmente na educação. A explicação para isso está no forte racismo presente na sociedade, este na maioria dos casos velados, ou seja, disfarçados na aparente “democracia racial”², que até mesmo muitos negros acreditam existir no país. Sobre isso, Rosa Margarida de Carvalho Rocha diz:

A sociedade brasileira ainda reforça uma ideologia de inferioridade em relação aos negros, mesmo a despeito de este segmento representar grande parte da população.[...] Essa prática racista elegeu um padrão europeu de cultura, beleza e estética, negando e inferiorizando o negro. As experiências negativas vivenciadas pelas crianças negras nesse modelo de sociedade discriminatória fazem com que elas sejam levadas a construir negativamente imagens sobre si próprias, desenvolvendo uma baixa autoestima e rejeição de suas raízes étnicas.[...] Portanto, quando a criança negra chega à escola, ela traz consigo uma série de indagações em relação ao seu pertencimento racial, a que a escola irá responder de forma favorável ou não através de suas práticas pedagógicas, atitudes, posicionamento e até mesmo seus silêncios... (ROCHA, 2004, p. 13).

No Brasil, os estudantes negros estão majoritariamente nas escolas públicas, e embora as leis lhes garantam o ingresso e a gratuidade de cursar todos os anos e séries, não é bem isso que acontece. O sistema público é deficitário em muitos aspectos, as leis educacionais não são respeitadas, os governos não se empenham em assegurar uma educação de qualidade para esses alunos. Assim, estudantes negros encontram, na maioria dos casos, uma escola que não lhes faz sentido, uma escola que também os exclui, não oferecendo um ensino atrativo, significativo. Um ambiente em que o racismo prevalece, nas falas, brincadeiras, nos livros didáticos, nas atitudes de colegas, professores e demais funcionários. Enfim, um ambiente que lhes é hostil e os desestimula a continuar os estudos, gerando assim, dificuldades de aprendizagem, reprovações e/ou abandono.

Junto a essas dificuldades, percebe-se ainda a difícil situação econômica das famílias dos estudantes negros, que contribui para que eles abandonem a escola para trabalhar e ajudar na complementação da renda familiar.

A promulgação da Lei 10.639/03, que resultou do esforço do movimento negro e outras organizações, veio também contribuir para dar mais visibilidade, chamar mais atenção para essa realidade vivenciada por estudantes negros em todo o país. Todavia, observando as relações raciais no ambiente escolar, percebe-se a lei por si só não foi garantia de uma mudança significativa em todo o sistema educacional brasileiro. Para a lei “pegar”, muito se faz necessá-

² Termo comumente usado para afirmar a ausência de conflitos entre os diferentes grupos étnicos brasileiros. Conceito que nega a existência do racismo no Brasil.

rio, sobretudo a formação e a capacitação de professores, a adequação dos projetos políticos pedagógicos, e o interesse dos dirigentes do sistema de ensino em aplicá-la na prática.

Se os livros didáticos mudaram em face da obrigatoriedade da lei, é necessário um professor preparado para trabalhar os conteúdos de forma adequada, pois se a questão racial, dada a sua complexidade, não for tratada com a devida atenção, pode-se reforçar o racismo ao invés de combatê-lo.

Assim, a partir do ano de 2003, muitos sistemas, escolas e professores perceberam as conflituosas questões raciais e passaram a criar estratégias pedagógicas para combater o racismo e minimizar as dificuldades educacionais de estudantes negros. Inserido nesse contexto está o “Projeto Batuque”, que será apresentado a seguir em forma de relato pela professora coordenadora do projeto Elisabeth Aires Leite.

Projeto Batuque – uma proposta de educação para a promoção da igualdade racial – relato de experiência

O Colégio Estadual de Cristalândia é uma instituição pública, fundado na década de 1960, sempre foi frequentado por alunos brancos e negros. Porém, os negros sempre foram a maioria. E como em todo lugar neste país, o racismo se fez e faz presente, embora, até então as relações conflituosas tenham sempre sido encobertas pelo aparente clima de cordialidade entre seus atores. E como ROCHA afirma:

A escola pública, que é basicamente constituída pela população empobrecida, filhos de trabalhadores, em sua maioria negra, deverá atentar para o perfil psicológico e o quadro adverso em que se desenvolve a socialização dessa sua clientela. (ROCHA, 2004 P. 14)

No ano de 2004, um ano após a promulgação da Lei 10.639/03 que alterou a Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB, após realizar uma pesquisa sobre a abordagem da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas públicas do município de Cristalândia, constatamos que essa temática quase nunca era abordada ou era tratada de forma muito superficial.

A partir de então, pensamos formas de intervenção naquela realidade, a partir da elaboração e apresentação de um projeto de extensão, na área de História, que atendesse as determinações da Lei 10.639/03 e às orientações de vários especialistas em educação e desigualdade racial.

Assim, pensamos o “Projeto Batuque³” com o lema de conscientização: *Porque ninguém nasce racista*. A ideia é que de algum modo, em algum lugar, as pessoas aprenderam a ser racistas, e se aprenderam a ser, também podem aprender a não ser. O projeto aposta, desde o início, no poder transformador da educação. Tinha-se também a consciência de que uma educação antirracista mais eficiente deveria atingir todos os alunos e funcionários, porém em face às dificuldades de recursos estruturais e humanos na escola pública, o trabalho só pode ser desenvolvido com poucas turmas, e de preferência, por uma questão estratégica, nas turmas da 2ª série do ensino médio.

O projeto passou a ser desenvolvido através das disciplinas de História e Arte, conciliando com os demais conteúdos curriculares e atividades. Elaborado para ocorrer durante todo o ano letivo, de fevereiro a novembro, desde quando foi introduzido na escola, não é obrigatória a participação dos estudantes. Os estudantes optam ou não por fazê-lo. A explicação é simples: a questão racial no país é complexa, e a obrigatoriedade de participar de um trabalho voltado para tratar dessa temática poderia não surtir o efeito desejado e culminar em um fracasso rapidamente. Até mesmo a ideia da criação não foi tão somente porque uma lei passou a obri-

3 Batuque é uma palavra de origem banto, um dos grandes grupos étnicos ao qual pertenciam milhares de escravos que foram trazidos para Brasil. É também uma dança que os escravos dançavam nas poucas folgas conduzida ao som extraído dos tambores. Batuque é conhecido como o Candomblé no Sul do Brasil. Daí a escolha do nome do Projeto.

gar, mas foi também, em razão da constatação da necessidade de a escola rever sua prática, visualizar os problemas raciais e tentar revertê-los.

Embora a lei tenha tornado o ensino da temática obrigatório, o “Projeto Batuque”, não o é. Os estudantes da 2ª Série do Ensino Médio, turmas nas quais o trabalho é realizado, podem optar por não fazerem. Esse é um dos diferenciais e o outro é o fato de ser desenvolvido ao longo do ano letivo e não só em datas específicas que se remetem à questão racial no Brasil. Desta forma, se os alunos, poderiam optar, a ideia foi fazer uma ótima propaganda para se conseguir o maior número de adesões. Foi dessa forma que ao longo dos anos, a participação dos estudantes nunca ficou abaixo de 85% e nos três últimos anos foram sempre de 100%.

A primeira etapa do projeto é um momento de sensibilização para a temática racial que colhe dos estudantes suas ideias e vivências com relação ao assunto. Seguida de muitas ações flexíveis, podendo variar a cada edição. As primeiras ações consistem em pesquisa e estudo e são sempre mantidas. Pois é de fundamental importância para se alcançar os objetivos traçados: conhecer a história do Brasil, reconhecendo e valorizando o(a) negro(a) como sujeitos desta história, desde o período colonial até a atualidade, (no século XXI), e reduzir os índices de preconceito e discriminação racial dentro e fora do contexto escolar, promovendo a igualdade racial e atendendo as determinações da Lei 10.639/03. A ideia presente é que só se respeita e se valoriza aquilo que se conhece. Daí a importância de mergulhar na história para compreender a trajetória da população negra e a origem desse racismo tão presente na sociedade.

A pesquisa e o estudo se desdobram posteriormente em um seminário que é apresentado pelos estudantes e culmina em um simulado para a verificação da aprendizagem sobre o vasto conteúdo a que tiveram acesso. Essas ações são desenvolvidas em grupos envolvendo alunos negros e não negros. Essas atividades proporcionam a busca pelo conhecimento, o estímulo para a convivência pacífica, e a importância de se trabalhar em equipe.

Todas as demais ações são voltadas para reforçar a aprendizagem, a convivência sábia e o combate ao racismo. São desenvolvidas em forma de palestras, rodas de conversas, oficinas, análises de filmes e documentários, baile de máscaras, concurso de beleza negra na escola, pesquisa sobre o pertencimento étnico-racial de todos os estudantes e funcionários, montagem de painéis em datas alusivas à questão racial e comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra.

Por causa de problemas mencionados anteriormente, o “Projeto Batuque” não é desenvolvido com todas as turmas da unidade escolar. Mas se pensou sempre em incluir todos os estudantes em algumas atividades. Uma delas é a pesquisa sobre o pertencimento étnico-racial e a outra, o concurso Beleza Negra no Colégio Estadual, onde o projeto é desenvolvido. Importante dizer que nesta última ação, a do concurso, a divulgação é ampla e, embora seja um concurso de beleza negra, todas as inscrições são aceitas, sem distinção, abarcando toda a diversidade escolar e todos participam da eleição. Em todos os concursos, os eleitos, sempre foram negros e não ocorreram contestações.

Durante o ano letivo, essas turmas do 2ª Série do Ensino Médio são as que mais têm atividades na escola. Passam grande parte do dia no ambiente escolar. Tanto que quando o ano se encerra, o que mais se ouve são queixas, tais como a de não poderem realizar o projeto novamente, uma vez que gostariam de continuar.

Dificuldades e persistência no fazer pedagógico

O Projeto Batuque nasceu timidamente no ano de 2004, apresentado à gestão escolar, foi aceito de imediato e o trabalho teve início no mesmo ano. Considerado uma novidade para os estudantes da 2ª série do Ensino Médio que se viram em meio a variadas atividades. Para jovens que vivem em uma pequena cidade do interior, com pouquíssimas ou nenhuma atividade de lazer e onde a escola é a grande referência de conhecimento e cultura, fazer parte do projeto além de preencher o tempo, ensinava e proporcionava entretenimento.

Nos primeiros anos, a falta de recursos financeiros e a intolerância religiosa de pais de alunos, foram as primeiras grandes dificuldades enfrentadas. Quanto aos recursos, a saída, dada à carência da qual padece a escola pública, foram sendo sanadas com ajuda de professo-

res e outros funcionários, pais e pessoas da comunidade que se sensibilizaram com a causa. No ano de 2015, o projeto conseguiu um financiamento através de concorrência nacional lançada pelo grupo Baobá. Foi o ano da fartura. Em 2016, voltamos à realidade de contar tão somente com as contribuições de alunos, funcionários e comunidade. No ano de 2017, embora tardiamente, passou a integrar o Projeto Político Pedagógico da escola e pode contar com recursos administrados pela Associação de Pais e Alunos do Colégio Estadual de Cristalândia.

Um trabalho que percorre todo o ano letivo, com variadas ações, não consegue subsistir sem recursos financeiros. Só com a boa vontade da coordenação não é possível combater o racismo no ambiente escolar. Aliás, quanto mais investimentos neste sentido, mais atividades se pode proporcionar e conseqüentemente se conseguir maior qualidade de ensino e o aprendizado que se pretende a partir daí.

Embora estejamos em um Estado laico⁴, passamos por situações de intolerância religiosa de alguns funcionários, pais e alunos católicos e evangélicos. Dificuldades sanadas basicamente através do diálogo e durante fazer pedagógico do projeto. Vale ressaltar que ao se trabalhar a temática história e cultura afro não se pode deixar de lado as questões culturais, sobretudo a religiosidade, fruto da contribuição cultural africana no Brasil. Aí reside o problema para muitos que para defender suas religiões, demonizam as religiões de matriz africana, especificamente, o Candomblé e a Umbanda.

Importante ressaltar que com relação a intolerância religiosa, foi preciso então, falar e comprovar, na prática e ao longo dos anos, àqueles que não concordavam com esse trabalho, que o “Projeto Batuque”, ao abordar tais assuntos, visa, tão somente, levar conhecimento, ensinar e não doutrinar ou converter os estudantes. Trabalhamos sempre com o preceito, que a tolerância com o “outro” é fundamental, que estudar e conhecer conscientiza e que só respeitamos e valorizamos aquilo que conhecemos. Hoje esse é um tipo de problema que já não faz mais parte da nossa realidade.

O Projeto Batuque lançou, aos estudantes, um grande desafio que é trabalhar em equipe. Pois a permanência do individualismo, do egoísmo e do racismo presentes na sociedade é para muitos jovens estudantes, às vezes inconcebível. O diálogo e, muitas vezes, as repreensões foram fatores que conseguiram resolver ou amenizar os conflitos.

O trabalho desenvolvido na escola não teve a participação de todo o corpo de funcionários. A ideia foi a mesma desenvolvida para com os alunos, ou seja, a decisão de participar ou não ficou sempre a cargo de cada um. Abraçar a causa e trabalhar junto tem sempre que ser uma decisão espontânea. Durante todos esses anos, muitos colegas vestiram a camisa do projeto e trabalharam em prol de uma educação voltada para a igualdade racial. Outros se envolveram só em momentos esporádicos. Com o passar do tempo, a visibilidade do trabalho chamou atenção e passou a contar com mais braços. De muitos funcionários, recebemos incentivos, acompanhamento das atividades, colaborações em ações, sugestões, doação de materiais e até mesmo doações financeiras. Mas cabe aqui ressaltar, que o “vestir a camisa” de fato ainda não é uma atitude de todos.

Desenvolver o projeto para as turmas da 2ª Série do Ensino Médio foi uma decisão que levou em consideração o conteúdo curricular, condizente com a temática racial, uma estratégia pedagógica que serviria como uma atrativo para alunos da primeira série e ai tentaríamos solucionar um problema antigo que era a evasão na segunda série e, por fim, algo que possibilitaria alunos ajudarem alunos. No caso, os da terceira série, por já terem a experiência, auxiliariam os outros e colaborariam com a permanência do projeto na escola. Vale ressaltar que essa estratégia deu muito certo.

Ao longo dos dezesseis anos de desenvolvimento do “Projeto Batuque” no Colégio Estadual de Cristalândia, as dificuldades de toda ordem se impuseram, mas a persistência, o senso de responsabilidade e a constatação da necessidade, se impôs, porque a ideia sempre foi proporcionar aos educandos um ensino significativo e de melhor qualidade. Pois como bem disse Paulo Freire:

4 Estado laico ou secular é aquele que não se manifesta em assuntos religiosos, aceita e garante a liberdade de culto religioso.

A proclamada morte da História que significa em última análise, a morte da utopia e do sonho, reforça, indiscutivelmente, os mecanismos de asfixia da liberdade. Daí que a briga pelo resgate do sentido da utopia de que a prática educativa humanizante não pode deixar de estar impregnada tenha de ser uma sua constante (FREIRE, 2002, p. 130).

Considerações Finais

O “Projeto Batuque” foi uma ideia que nasceu sem grandes pretensões. Foi pensado para mudar a forma de ensinar história do Brasil em sala de aula, fornecer conhecimento e combater o racismo no ambiente escolar. Mas o alcance que teve durante todo este tempo, nos fez perceber o quão importante e necessário é.

O reconhecimento nos chegou por meio de premiações nacionais, mas, mesmo diante da importância destas, os ganhos internos são os que mais nos dão orgulho. Ganharam a escola, a comunidade local e primordialmente, os alunos que participaram e aprenderam. O Colégio Estadual de Cristalândia adquiriu maior visibilidade e reconhecimento da sua boa prática pedagógica, o projeto passou a ser o projeto da escola. Embora se possa dizer novamente que o “vestir a camisa” pela causa não aconteceu ainda por inteiro.

O trabalho no combate ao racismo nos traz algumas certezas: o racismo nunca acaba, somente a educação de todos pode diminuí-lo, estamos no caminho certo e não devemos parar.

Alguns estudantes, que passaram pelo Projeto Batuque, aprenderam algo sobre o racismo mas não mudaram a ponto de deixar de praticá-lo. Insistiram em não se reconhecer racistas. Esse seria o primeiro passo para a mudança. Mas a grande maioria mudou. Eis aqui a grande vitória e o coroamento do prazeroso trabalho de anos: alunos mais sensíveis à discriminação e o preconceito racial no Colégio, se policiando e atentos aos dizeres e fazeres de colegas, protegendo vítimas, debatendo sobre o assunto abertamente, denunciando e cobrando posicionamento da gestão e coordenação em relação ao racismo praticado; negros assumindo com orgulho sua negritude – os cabelos crespos ao natural –, identificando e repudiando o racismo na sociedade. Uma escola mais atenta e sensível às questões raciais, materiais didáticos adequados para o trabalho, baixos índices de reprovações e de desistência nas turmas. E muitas manifestações de ex-alunos sobre o quanto o projeto lhes ajudou, como aprenderam a repudiar e combater o racismo, como pretendem educar seus filhos e a solicitação pela continuidade, nos garantem, que embora o trabalho seja dispendioso, vale a pena.

O trabalho no ambiente escolar tem que ser inclusivo. Se brancos e negros forem educados corretamente, poderão juntos combater o racismo. As diferenças jamais devem ser hierarquizadas. Desenvolvendo o projeto dessa forma, aos poucos vamos desconstruindo o velho dito de que na escola somos todos iguais. Não na escola, somos todos diferentes e o que se pretende é a igualdade de direitos. Diferentes devemos e podemos conviver sem impor superioridades.

Verificamos que ao desenvolver o “Projeto Batuque”, embora ainda sem conhecer, trabalhamos a partir de princípios norteadores para o trato com a questão racial no cotidiano escolar enumerados por ROCHA, 2004,

1 – A questão racial como conteúdo multidisciplinar durante o ano letivo;

2 – Reconhecimento e valorização das contribuições reais do povo negro à nação brasileira;

3 – A conexão entre as situações de diversidade com a vida cotidiana nas salas de aula;

4 – O combate às posturas etnocêntricas para a desconstrução de estereótipos e preconceitos atribuídos ao grupo negro;

5 – A história do povo negro, a cultura, a situação de sua marginalização e seus reflexos incorporados como conteúdo do currículo escolar;

6 – A extinção do uso de material pedagógico contendo imagens estereotipadas do negro, com repúdio às atitudes preconceituosas e discriminatórias;

7 – Uma maior atenção à expressão verbal escolar cotidiana;

8 – A construção coletiva de alternativas pedagógicas com suporte de recursos didáticos adequados. (MARGARIDA, 2004, p. 15/16)

Entende-se que em uma sociedade como a brasileira, é preciso combater o racismo, educando para uma convivência pacífica e tolerante entre negros e brancos. Todos precisam aprender. Não se pode direcionar a questão para enaltecer uma supremacia negra. Desconstruir é o primeiro ensinamento. Ninguém é melhor ou pior que o outro por ter esse ou aquele fenótipo. Mas que todos se reconheçam humanos, diferentes e saibam que respeitar as diferenças é o mais importante quando se busca igualdade de direitos.

Referências

ARANHA, Maria L. de Arruda. **História da Educação**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BENTO, Maria. A. Silva. **Cidadania em Preto e Branco: Discutindo as relações raciais**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

CAVALLEIRO, Eliane, **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LDB – **Leis de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> Acesso em dezembro de 2020.

LOPES, Nei. **O Racismo explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

RASSI, Sarah.T. et al. **O Brasil também é negro**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

ROCHA, Rosa Margarida. de C. **Almanaque Pedagógico Afro-brasileiro: Uma proposta de intervenção pedagógica na superação do racismo no cotidiano escolar**. Belo Horizonte: Mazza Editora, 2004.

SILVÉRIO, Valter. R. et al. **Relações ético-raciais: um percurso para educadores**. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

Recebido em 28 de abril de 2021.

Aceito em 25 de maio de 2021.